

Ocupando espaços, construindo identidades: a importância do movimento de *pobladores* para a história política e social do Chile (1950-1970)

*Occupying spaces, constructing identities:
the importance of the movement of pobladores
for the political and social history of Chile (1950-1970)*

Márcia C. O. Cury*

RESUMO

A luta pela conquista de direitos sociais para além do âmbito do trabalho deu a tônica das mobilizações populares que se intensificaram a partir dos anos 1950 no Chile. A proposta do presente artigo é analisar um aspecto fundamental dessas ações que constituem parte do processo de formação da classe trabalhadora urbana chilena, a ocupação do espaço urbano, mobilizada a partir de ações diretas dos trabalhadores na luta por moradia. E também demonstrar que as suas ações foram de vital importância para forjar a sua identidade coletiva, bem como para a ampliação do debate político em torno dos impactos da estrutura capitalista sobre as condições de vida dos trabalhadores. Tais lutas, travadas pela conquista de direitos básicos, contribuíram para uma maior democratização daquela sociedade.

Palavras-chave: lutas sociais; *pobladores*; Chile.

ABSTRACT

The struggle for social rights, beyond the scope of the work, gave the keynote to the popular unrest that intensified in Chile from the fifties onwards. The purpose of this paper is to analyze a key aspect of these actions, which are part of the process of formation of the Chilean urban working class, consisting in the occupation of urban space. The mobilization was organized through direct action of the workers in the struggle for habitation. Another purpose is to demonstrate that these actions were vital to forge their collective identity, as well as to expand the political debate about the impacts of the capitalist structure on the workers living conditions. Such struggles, waged by the conquest of basic rights, contributed to a greater democratization of Chilean society.

Keywords: social struggle; *pobladores*; Chile.

* Historiadora, Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). curybr@yhoo.com.br

As ações dos trabalhadores chilenos nas primeiras décadas do século XX possibilitaram uma ampliação do espaço de participação política e a garantia de alguns direitos, principalmente no mundo do trabalho. Mas, em meados do mesmo século, com o crescimento das cidades e da vida urbana, escancarava-se a permanência do caráter excludente daquela sociedade em muitos aspectos. Assim, a luta pela conquista de direitos sociais passaria a ultrapassar o espaço do trabalho e a engendrar inúmeras mobilizações populares, que se intensificaram a partir dos anos 1950, e se estenderam mesmo após a quebra do regime democrático, em 1973.

A mobilização por moradia esteve no centro da mobilização social de meados da década de 1950, e começou a perfilar as tensões entre as lutas sociais e as ações institucionais, num contexto em que se encontravam em pleno desenvolvimento formas autônomas de luta, por um lado, e a institucionalização dos conflitos sociais por outro, a partir da maior inserção dos partidos de representação popular no Estado. A articulação e a expressão das demandas populares contribuiriam decisivamente para inserir elementos de democratização no Estado chileno.

A luta dos *pobladores*¹ se desenvolveu ao longo do século XX e adquiriu facetas diversas, adentrando o regime ditatorial de Augusto Pinochet, quando assumiu o protagonismo na luta pela redemocratização do país.² No presente artigo, a proposta é contribuir para uma reflexão em torno da importância do movimento de *pobladores* para a sociedade chilena, mas destacando os elementos que confluíram para a formação e o desenvolvimento daquele que se tornaria uma das principais forças sociais atuantes durante o governo da Unidade Popular e após o golpe militar.

Para esta análise, buscarei demonstrar como se deu a dinâmica de articulação e mobilização dos trabalhadores, como se davam os contatos, e perceber os mecanismos por eles utilizados para atuarem sobre o processo de ocupação do espaço urbano, num movimento que articulou estratégias de sobrevivência, resistência à superexploração e mobilização política. Essa ação os transformou em atores fundamentais da dinâmica política que se seguiria. Recorrendo à recente historiografia e ao amplo debate sociológico acerca do tema dos *pobladores*, às fontes documentais, jornais e relatos orais, também destacarei o desenvolvimento dessas ações, que se deu numa tensa relação articulada, em muitas ocasiões, entre organizações comunitárias com outras formas institucionais, como sindicatos, Igreja, partidos e Estado.

Nessas experiências populares, junto às dificuldades e as lutas cotidianas vivenciadas pelos trabalhadores, observa-se o fortalecimento da sociabilidade,

conformada por laços de solidariedade e também por conflitos internos que configuraram o aprendizado político vivido mediante práticas de ação coletiva. Práticas que se generalizaram com as *tomas* (ocupações) e assumiram formas mais complexas através de relações mais estreitas com grupos políticos e com os canais do Estado, e assumiram os contornos do que se convencionou chamar de movimento de *pobladores*.

Por meio da formação de redes e de relações informais entre os trabalhadores se constituiu a base de uma verdadeira auto-organização e de boa parte da ação política experimentada pelas classes populares na cidade de Santiago naquele período. Ao mesmo tempo, ampliava-se o contato dos *pobladores* com os canais e atores institucionais numa relação ativa, na qual os trabalhadores sofreram influências, mas também reorientaram políticas partidárias e exerceram decisiva pressão sobre o poder público para terem suas demandas atendidas, numa ação que dialeticamente contribuiu para fortalecer o seu senso de unidade e de coletividade, e para o reconhecimento dos seus direitos.

AS ORIGENS

O processo de extraordinária expansão urbana e industrial vivida no período de desenvolvimento econômico em Santiago, no início do século XX, colocou inúmeros desafios aos trabalhadores. A concentração e o crescimento da indústria, do aparato administrativo estatal e dos serviços públicos e privados em Santiago, somados ao momento de crise agrária, queda da exportação do salitre e à desestruturação do artesanato das províncias, fizeram que a capital se tornasse um polo de concentração demográfica.

Como consequência, modificou-se o perfil da sua estrutura de classes. Os setores populares urbanos começaram a adquirir sua configuração definitiva; ao lado do proletariado industrial em expansão e do artesanato em processo de transformação, começou a ter peso um grande contingente de trabalhadores que desempenhavam funções instáveis e de baixa remuneração. Os setores populares adotaram estratégias fundamentais não apenas para a inserção, adaptação e enfrentamento dos problemas do mundo do trabalho, mas também no processo de migração e de enfrentamento das dificuldades da nova vida urbana.

No centro dessas dificuldades esteve, sem dúvida, a questão da moradia. A luta por habitação na cidade de Santiago articulou-se em movimentos de trabalhadores que datam desde a década de 1920. Um movimento que se intensificou ao longo do tempo, conforme o aumento do fluxo migratório para

a cidade, e o encarecimento do custo de vida. Os trabalhadores que chegavam a Santiago iam viver nos *conventillos* (cortiços) e nas *callampas*, que podemos caracterizar como favelas formadas, principalmente, às margens de córregos, em áreas de lixões, e em terrenos baldios da cidade, em geral, em áreas desconectadas do tecido urbano existente.³

Foi nesse contexto que começou a se desenhar uma dinâmica de mobilização pela habitação e por melhorias nas condições de vida desses trabalhadores. As precárias condições das moradias, que ocupavam espaços reduzidos, divididos entre muitos moradores, com arriscadas condições de higiene, e especialmente a baixa ou inexistente remuneração para o pagamento do aluguel dos cortiços, levavam as pessoas a buscarem outros espaços para viver, como as ocupações *callampas*.

Ainda durante a década de 1950, sentiam-se os efeitos do crescimento da população de Santiago. Com a diminuição do emprego em relação ao aumento da força de trabalho, ampliava-se o volume da população com baixo nível de vida, que vivia em zonas com infraestrutura urbana mínima. Foram esses setores que participaram das duas principais expressões dessas deficiências: a *callampa* e a ocupação organizada de terrenos, que se intensificaria.

Nos relatos orais desses personagens é possível compreender as motivações que os levavam a se instalarem nas *callampas* e, principalmente, as condições às quais se submetiam nessas moradias. A *pobladora* Guillermina Farías nos aproxima dessa realidade por meio de um depoimento bastante realista. Segundo ela, a essas *poblaciones* chegavam milhares de homens, mulheres e crianças que migravam para a capital em busca de melhores condições de vida, mas que “depois de perambular pela cidade” se davam conta de que precisavam de um lugar onde instalar-se e que não havia moradia para eles. Surgia então o conselho de um amigo ou um parente para formar uma *callampa*, e para isso bastavam umas *fonolas*⁴ e materiais descartados. A ideia quase sempre era passar o mau momento, *pasar la mala racha*, esperar que as coisas se ajeitassem. Mas a verdade é que “uma vez ali”, na *callampa*, “era muito difícil sair”. E completou: “ali reinavam a miséria e as doenças múltiplas, apesar de que nesse tempo já existia uma certa lei que resolvia alguma coisa. As mães que tinham filhos recém-nascidos deviam dormir toda a noite com a luz acesa, para evitar que os ratos os mordessem”.⁵

Nesse período, tiveram início as ocupações organizadas na cidade. Data de 1946 o início da ocupação dos terrenos do setor chamado Zanjón de la Aguada, quando da chegada das primeiras famílias despejadas dos *conventillos*. Desde então, o processo continuou se acentuando até se converter em um

amplo movimento social, que chegou a reunir entre 10% e 15% da população da Grande Santiago, em 1970. E foram diferentes as respostas do Estado para essa mobilização nas distintas conjunturas políticas.

Ambos os problemas, salário e condições de vida, eram parte de uma realidade social que vinha piorando desde o final dos anos 1940. Por sua vez, a ação do Estado, principal recurso dos setores populares da época para fazer frente às suas necessidades mais importantes como habitação, saúde e educação, viu-se enfraquecida pela crise que afetou as finanças públicas e pelas políticas de corte liberal do então presidente Carlos Ibáñez del Campo.⁶

O que se viu a partir do final da década, portanto, foram importantes reflexos da crise econômica que atravessava o país na sua estrutura urbana e nas condições de vida dos trabalhadores. Na medida em que estes eram retirados dos cortiços no centro da cidade, passaram a constituir diferentes tipos de habitação popular que se desenvolveram com as ocupações e com as políticas habitacionais.

Entre elas estavam as *callampas*, que citamos acima; por vezes, se formavam as chamadas *mejoras*, que são *poblaciones* com origem na ocupação ilegal e organizada de terrenos baldios, geralmente formada por agregados que tiveram de abandonar as *callampas* divididas. A *población de erradicación* era formada por ex-*pobladores* de *callampas*, transferidos por órgãos oficiais, principalmente pela Corporación de Vivienda (Corvi), a terrenos preparados com base em uma programação especial e em pontos mínimos requeridos dos *pobladores*, com critérios familiares e de pagamentos de quotas. Estas contavam com as bases mínimas de uma moradia e com serviços elementares. Essa política foi adotada no governo do presidente Jorge Alessandri, entre os anos de 1958 e 1964.

As *poblaciones* industriais eram aquelas construídas pelas empresas nos arredores dos seus estabelecimentos. Seus ocupantes eram operários qualificados ou gestores, que em geral alugavam essas casas obtendo esse benefício por seleção da empresa. E por fim, muitos bairros se constituíram graças aos programas da Corvi, com moradias construídas por empréstimo dessa entidade ou das associações de poupança e empréstimo. Eram casas definitivas, caracterizando-se seus *pobladores* por terem condições superiores de saúde, educação e emprego.

Somente a partir de 1948 se estabeleceram iniciativas substanciais do setor privado, por grupos de empresas de construção “modernas”. Em 1953, a Corvi mudou o planejamento da construção e a entrega de conjuntos residenciais, respondendo a certas condições que os tornariam aptos a serem propriedades

somente de famílias de renda média. O novo governo se orientou para o investimento público de infraestrutura e para a ajuda às empresas de construção que se dedicavam exclusivamente à produção de “moradia econômica”. Mas as políticas habitacionais ainda mostravam uma lógica segregacionista (Pumarino, 1971, p.127).

“OCUPANDO” SEUS ESPAÇOS

A característica principal dos assentamentos *callampas* estava na sua completa precariedade, pela fragilidade das moradias, que muitas vezes não eram mais do que cabanas; a total ausência de urbanização, de água potável, de luz, do sistema de esgoto, da pavimentação, e a carência de serviços básicos, como de educação e saúde. Tal precariedade incidia também nas moradias, que estavam amontoadas umas às outras, construídas com pedaços de papelão, latas velhas e trapos, e erguidas sobre terrenos que anteriormente acolhiam lixões. Em geral, um cômodo abrigava toda a família, a cozinha era externa, com fogão a lenha; havia um tanque de água para cada 1.500 pessoas, e a água para lavar era obtida nos canos fora da *población*. E uma latrina era utilizada por quinhentas pessoas (quando não havia latrina, recorria-se ao rio, como no caso da Población Pino).⁷

Os moradores lidavam com as enfermidades comuns a esses ambientes sem serviços básicos de saúde e limpeza, com frequentes enchentes e incêndios no local. No caso de Zanjón de L’Aguada, um cordão de miséria que superava os demais em extensão – uns 5 quilômetros de extensão por 100 metros de largura – e também em população, cerca de 35 mil pessoas, agrupadas em dez “setores” *poblacionales*, o problema do incêndio se agravava, claro, em razão dos materiais utilizados nas construções, e da extrema poluição das suas águas.⁸

Nesse contexto de ineficiência da gestão administrativa e de crise econômica nota-se uma intensificação da articulação política dos *pobladores*, por meio da formação de vários comitês de sem-casa, e a organização de um tipo de reunião administrativa municipal aberta a todos os moradores, o “Cabildo” aberto, com a participação de diversas *poblaciones*. Naquela conjuntura ocorreu a emblemática *Toma de La Victoria*, uma das ocupações mais importantes do movimento de *pobladores*, e os motins de abril de 1957, contra o aumento do custo de vida, que reuniram *pobladores*, operários e estudantes em intenso protesto na capital.

Nessas mobilizações, os comitês de sem-casa tiveram significativa importância e representaram um salto no grau de organização dos *pobladores*. Os



Figura 1 – Foto de uma *callampa*. Urrutia, 1972, p.42.

comitês eram formados especialmente em conjunturas críticas, nas quais tinham de tomar decisões, como a respeito de uma ocupação, e articular os moradores para uma determinada ação conjunta. Além da importância da ação de agentes, como militantes partidários, os laços de amizade, de parentesco e as relações de trabalho constituíam o principal meio de divulgação da existência dos comitês e da organização das ocupações.

Esses comitês se estenderam por vários setores de Santiago e passaram a ser o meio de aglutinação, organização e articulação entre os *pobladores*. Em geral, os amigos convidavam uns aos outros para fazerem parte de algum comitê da região onde viviam, fosse em *conventillo* ou *callampa*. Assim, agregavam-se cada vez mais famílias, que faziam reuniões periódicas e organizavam a ocupação de um determinado terreno.

Em geral, os *pobladores* relacionam o início da sua organização ao período em que teriam chegado ao setor de Zanjón, ao longo da década de 1950, “operários com trajetória política”. Nesse contexto, começaram a se organizar comitês por quadra, a serem realizadas reuniões e coordenações com políticos de esquerda, especialmente comunistas e socialistas. Relatos de *pobladores* e de Orlando Millas, dirigente do Partido Comunista, indicam a importante participação da esquerda na ocupação de La Victoria, nos terrenos em Puente Alto e da ex-chácara La Feria.

Já nos anos 1950 há evidências de diálogos já a Corvi, praticamente desde a fundação desse órgão público. Essa relação se intensificava na medida em que se fortaleciam entre os *pobladores* as noções de direitos e o conheci-

mento sobre os meios institucionais para a conquista da moradia. Como afirmou Ida:

Nós começamos a nos organizar, os dirigentes dividiram o terreno ... Em torno do ano de 1963 começa uma organização mais vasta e mais estruturada, nós começamos a pagar os terrenos. Isso não foi uma esmola, nós não queríamos isso, esse não era nosso objetivo, todas as pessoas que vivem aqui pagaram seus terrenos. Nós começamos a instalar a eletricidade, a água potável, tudo era pago com as cotas das pessoas, ao fim não foi fácil ... aqui nada foi mendigado, tudo era comprado, cada tábuca de madeira, cada estaca, tudo era comprado, nós nunca mendigamos nada...⁹

Em meados da mesma década, essas organizações começaram a adquirir diferentes características e funções mais definidas e, inclusive, denominações que prevaleceram e foram institucionalizadas posteriormente, como *juntas de vecinos* e *centros de madres*. Grande parte desse trabalho foi realizada por iniciativa dos trabalhadores e também com a ação de agentes externos, como religiosos, profissionais diversos, estudantes, líderes sociais e políticos (Wilson, 1988, p.44).

A luta pela moradia, que envolvia a pressão sobre o Estado e a formação de comitês e organizações de bairro, surgia do reconhecimento de interesses comuns. Após a instalação na *población*, na medida em que esta crescia, seus moradores sentiam a necessidade de solucionar seus problemas em conjunto. Além disso, o crescimento desordenado em certo momento obrigava a estabelecer acordos em torno de diversos temas, como o uso da água, por exemplo.

A *población callampa* chamada Colo Colo pode ser citada como um exemplo dessas ocupações que adquiriu importante organização interna por iniciativa de seus moradores. O livro-ata que contém registros das reuniões tem relatos dos problemas e das reivindicações discutidas pelos moradores, entre os anos de 1954 e 1956. O livro foi organizado pelo morador Ibador Castro, então secretário do Comitê de Pobladores. Visualizamos nessas atas as características da organização interna da *población*, especialmente a busca pela resolução dos problemas internos, não somente coletivos, como a instalação da rede elétrica e da coleta de lixo e a instalação de tanques de água, como também problemas individuais ou restritos a algumas famílias, demonstrando o laço de solidariedade que se formava entre os *pobladores*.¹⁰ Observa-se também como os conflitos eram parte importante da organização interna. As

divergências são parte constitutiva dessa experiência organizativa vivenciada pela comunidade.¹¹

Essas experiências, por mais simples que fossem, habituavam os trabalhadores a dirigir as suas atividades, nas quais eles aprendiam na prática a opor a solidariedade e o coletivismo às hierarquias, ao controle e, principalmente, à ausência do poder público enquanto garantidor de direitos. O rígido controle exercido sobre a organização operária nos locais de trabalho não impediu que a cultura de classe estivesse presente entre os trabalhadores e se estendesse às *poblaciones callampas* e aos atos de ocupação do espaço urbano. As suas condições de vida específicas, somadas a sua cultura formada por uma rica tradição política operária, permitiram o surgimento de um forte senso comunitário que foi fundamental para a compreensão da vida social e da luta política em nível local; senso que se imbricou com a criação de uma identidade *poblacional*, forjada no cotidiano e nas experiências de luta por seus direitos básicos.

O processo de conquista da moradia perpassou diferentes etapas que reuniam a auto-organização e também a ação conjunta com o Estado. Antes de qualquer intervenção governamental, os moradores buscavam suprir as deficiências de estrutura local por meio do trabalho coletivo. No processo de ocupação do setor de Lo Hermida, o operário da construção Luiz González participou ativamente de todo o processo de estruturação da *población*:

Eu mesmo me mobilizava com os chefes da obra. Eu pedi, quando chegamos aqui, os postes, porque não tínhamos luz, água, nada... eu pedi os postes e com o dinheiro das pessoas compramos os fios ... E pra poder solucionar o problema da água, falei com o chefe da obra, lhe disse que estávamos na *población* nova ... então ele nos ajudou também com mangueiras ... e nós compramos as chaves e as coisas pequenas que faltavam, a *población* ficou com água também.¹²

O ano de 1957 foi emblemático para os protestos sociais, pois marcou a mobilização popular que articulou *pobladores*, sindicatos e estudantes contra os efeitos da política econômica adotada pelo presidente Carlos Ibáñez, a qual rompia com a política da Frente Popular, que acentuava o papel interventor do Estado na economia. Depois de um período de desmobilização política da esquerda, assistiu-se a um retorno dos partidos políticos como articuladores das demandas populares. Nesse contexto, o lema “*trabajar sin transar, hasta la casa conquistar*” começava a delinear a *toma* como o principal recurso de ação dos trabalhadores.

Pode-se interpretar essa ação como resultado de um conjunto de iniciativas frustradas frente ao Estado e de promessas não cumpridas de planos habitacionais. Em depoimentos estampados nas páginas dos jornais que relatavam as ocupações, as queixas contra os trâmites burocráticos são constantes. Demonstra-se o anseio por uma transformação radical que toma uma forma violenta simbolicamente: a ocupação ilegal de uma propriedade.¹³

A organização interna e as melhorias dependiam do grau de mobilização e dos laços de solidariedade entre os *pobladores*. Assim como outros bairros, a construção da *población* La Victoria, iniciada em 1957, foi fruto de um enorme exercício de auto-organização dos moradores, a partir do imprevisto dos acampamentos; uma tarefa coletiva em que foi necessário somar esforços e inventar os recursos, já que o governo se negava a colaborar na construção da nova *población*, insistindo na ilegalidade da ação. A ocupação que deu origem a La Victoria é emblemática por sua grandiosidade e porque escancarava as contradições sociais, tornando os *pobladores* visíveis como atores sociais para a sociedade e para o Estado.

O movimento de *pobladores* então foi se convertendo no ator urbano mais dinâmico da cidade de Santiago, sobretudo quando uniu suas lutas pela moradia com as propostas de mudança e de justiça social que mobilizariam o conjunto da sociedade, especialmente a partir da década de 1960. Foi nessa etapa que os trabalhadores majoritariamente deixaram para trás os cortiços e as *callampas* para viver em *poblaciones* estáveis e definitivas, e outros, mais tarde, foram compor os acampamentos.

ESTADO, PARTIDOS E POBLADORES

Sob pressão popular pelo direito à moradia, o debate parlamentar acerca do *deficit* habitacional abria mais uma trincheira entre esquerda e direita, a partir do final dos anos 1950. A direita via a necessidade de gerar condições a partir do Estado para estimular o investimento na construção de moradias (créditos, poupança, liberdade de preços etc.), enquanto a esquerda insistia na proteção dos trabalhadores que, em razão de seus baixos salários, não estavam em condições de destinar senão uma mínima parte da sua renda para a moradia. Razão pela qual deveria ser um dever do Estado desenvolver planos de habitação de acordo com o poder aquisitivo real dos trabalhadores, e não para gerar lucros às construtoras. O argumento era de que a moradia não deveria ser considerada uma mercadoria, mas um direito social e, por consequência, uma tarefa do Estado.

As difíceis condições de estrutura urbana conflitaram com muitas das expectativas dos próprios trabalhadores, e criaram espaço para a atuação de várias correntes políticas que procuraram relacionar-se com esse novo contingente de trabalhadores. Foi a partir dessa realidade que começou a se ampliar a participação de agentes institucionais entre as frentes de *pobladores*. Essa articulação, como poderemos observar, deu-se de forma dialética, marcada por consensos e conflitos, e assumiu características diversas ao longo dos anos. Entre esses agentes estão a Igreja, os partidos políticos e o Estado.

Os partidos políticos de esquerda representados na FRAP¹⁴ manifestavam constantemente o seu apoio em pronunciamentos parlamentares, cobrando ações governamentais, e também prestavam apoio jurídico aos *pobladores* (Espinoza, 1988, p.257). Mas a sua vinculação às organizações populares tinha uma importante particularidade. Tal característica se devia ao fato de essa população não ser composta somente pelo setor operário industrial e, principalmente, as questões que envolviam as suas lutas não estavam diretamente associadas ao espaço da produção e aos temas sindicais, aspectos centrais da ideologia partidária da esquerda no período.

E apesar de o discurso dominante da esquerda política naqueles anos tender a limitar a compreensão das práticas populares com relação à “classe operária” no sentido estrito, vislumbrando o operário da indústria moderna como o único sujeito histórico revolucionário, já se evidenciava que o movimento dos trabalhadores era mais amplo e diverso que a atuação sindical ou partidária.

O argumento central para essa postura da esquerda era de que o enfrentamento principal com aquela estrutura deveria se dar onde ocorresse a contradição principal do sistema capitalista, ou seja, na esfera da produção. A luta por moradia se enquadrava, assim, nas reivindicações de consumo, por derivar de uma contradição secundária, e não poderia chegar a gerar um enfrentamento estratégico com o sistema. Para a esquerda, o *poblador* não saberia identificar o inimigo principal da classe trabalhadora (Pastrana; Threlfal, 1974, p.42).

O Partido Comunista e o Partido Socialista exerceriam forte influência entre os *pobladores* e teriam participação ativa na mobilização de ocupações e na organização dos acampamentos e *poblaciones*, mas especialmente por meio do trabalho dos seus militantes. Isso denota importante desencontro entre a prática dos seus quadros envolvidos com o movimento popular e a elaboração teórica e propostas políticas desenvolvidas pelos partidos (Garcés, 2002, p.147).

O PC reconhecia que na década de 1950 novos atores começavam a participar das lutas sociais e políticas, em razão das mudanças havidas na população

chilena. Mudanças que tinham a ver com a diminuição da população rural e com o crescimento nas cidades da população burguesa, do proletariado e do “semiproletariado”. Nas lutas de rua participavam muitos desses trabalhadores jovens, segundo o partido, politicamente atrasados e sem suficiente clareza, nem orientação (Collao, 1957, p.12).

Os partidos interpretavam a atuação política “das massas politicamente atrasadas” em função das suas próprias concepções teóricas e estratégias estabelecidas, segundo as quais, correspondia aos partidos operários e populares “educar e dirigir pelo bom caminho esta nova massa que irrompe a vida social”. Foi durante o governo de Alessandri que se delineou a prática dos comunistas entre os *pobladores*, principalmente depois da Toma de Santa Adriana, na qual se combinariam lutas legais e ilegais, ou seja, as ocupações e a recorrência aos meios institucionais.

A combinação de ações se massificaria ao longo da década de 1960 e ampliaria as bases dos partidos. Isso se deu por meio da articulação entre o movimento das bases e a atuação partidária. No trabalho de formação dos comitês de sem-casa, de organização das reuniões e das atividades da ocupação, o papel dos militantes partidários era fundamental, mesmo que estes não pertencessem às *poblaciones* em que atuavam.¹⁵

O trabalho de articulação e de organização dos trabalhadores para efetuar as ocupações era exercido por muitos desses militantes. Eliana Parra, militante comunista desde os 15 anos de idade, relatou que participou da ocupação que deu origem à *población* 1º de Mayo, após um período de 2 anos participando de reuniões dos comitês de sem-casa e tentando adquirir a moradia por meios legais, sem sucesso. A articulação entre diferentes comitês teve importância fundamental durante todo o processo:

No segundo dia, estávamos colocando as *fonolas* que nos deram e o vento passava voando, era um vento imenso. A chuva seguia também. A notícia da *toma* corria por todos os lados. Começava a vir gente de todos os lados, das outras ocupações de terreno. Nos traziam caminhões, alimentos, traziam de tudo... vinham da *población* Violeta Parra, de Barrancas, de Conchalí. Nos traziam carvão, *fonolas*, roupa, alimentos, nos traziam de tudo. Também vieram muitos senadores e deputados, a Gladys Marin, a Mireya Baltra, Jorge Montes, todos de esquerda ... Quem tomou o terreno foi o Partido Comunista, ninguém mais. Por isso, quando os padres iam se meter, os tirávamos...¹⁶

Ao longo da formação dos bairros, os trabalhos seguiam por meio dos comitês partidários instalados nas *poblaciones*, da atuação de grupos como as Juventudes partidárias. Eugenio Cabrera, que foi morador da *población* Villa Francia, falou da presença do núcleo das Juventudes Socialistas, denominado “Revolução Cubana”, e sobre a importância de se incorporar a esse mundo político na sua formação quando da sua chegada ao bairro.¹⁷ Além da sua importância na formação cultural e da identidade política dos jovens, outro papel fundamental exercido pelos militantes e figuras políticas nessa relação com os trabalhadores seguia na intermediação da sua relação com o Estado para a realização dos trâmites burocráticos, na legalização do bairro, na busca por proteção judicial e nas reivindicações por melhorias estruturais.¹⁸

Expandia-se o trabalho dos militantes e, contraditoriamente, a esquerda adia a articulação das lutas cotidianas dos *pobladores* com seu projeto mais amplo de Libertação Nacional, não conseguindo visualizá-los como sujeito de ação coletiva ou como sujeito político capaz de atuar na transformação daquela estrutura social. Essa concepção começaria a mudar lentamente a partir da experiência de La Victoria, graças à proporção que esta adquiriu e à aproximação dos quadros comunistas àquele movimento. Os efeitos mais positivos dessa articulação política, no entanto, deram-se no sentido de difundir uma noção de “direitos sociais” no mundo dos trabalhadores chilenos, estimulada pela esquerda. Em contrapartida, o movimento de *pobladores* conseguia, pouco a pouco, ampliar entre a esquerda nacional a concepção em torno do conflito de classes e da luta contra o capitalismo.

A DEMOCRACIA CRISTÃ ENTRE OS POBLADORES

Mesmo com a atuação de militantes da esquerda, a Democracia Cristã (DC) se tornaria um dos principais agentes políticos entre os *pobladores* a partir da década de 1960. Tratava-se de um partido relativamente novo que cresceu junto com o movimento *poblacional*, graças à sua inserção nas bases e a propostas políticas específicas voltadas para os problemas enfrentados pelas camadas populares, com um discurso integrador. Isso se deu num contexto em que a DC tinha adquirido uma legitimidade incontestável (pelo fato, entre outros, do carisma do seu líder Eduardo Frei) e em que a direita a apoiou, tendo a possibilidade de a esquerda chegar ao poder.

A DC organizava comitês para recrutar bases sociais e conseguir participação popular nos planos de habitação. Diante do avanço das mobilizações sociais, o partido foi perdendo o controle político dos comitês que,

como vimos, começaram a exercer importante papel nas ocupações de terrenos urbanos. O partido de centro formava esses grupos principalmente em *conventillos* e com aqueles que eram agregados em *poblaciones*, enquanto os partidos de esquerda e as organizações operárias começavam, principalmente, nas fábricas e sindicatos.

No centro do projeto da DC estava a “Promoção Popular”, que visava “integrar os setores marginalizados da população chilena” à sociedade. A originalidade dessa proposta estaria na tentativa de solucionar o problema do imenso *deficit* habitacional vivido pela cidade de Santiago mediante a articulação das ações do poder público com esse setor da população, numa demonstração clara do reconhecimento das demandas populares pelo Estado. Ao longo do governo de Eduardo Frei (1964-1970), a Promoção Popular desenvolveu mecanismos que canalizariam as lutas dos *pobladores* nas vias institucionais. Para tanto, foram criadas ou simplesmente institucionalizadas as organizações que já existiam, como os *Clubes de Madres* e as *Juntas de Vecinos*, atuando como centros de articulação e debate dos *pobladores* e de desenvolvimento de atividades diversas, “como meio de superação da marginalidade e forma de incorporação” (Vanderschueren, 1971, p.69).

Essa população, que tinha historicamente como formas de organização as Juntas de Moradores e Comitês de sem-casa, participou ativamente dos projetos governamentais. Mas, ao longo desse processo, a DC não só não conseguiu solucionar a questão do *deficit* habitacional, como passou a enfrentar inúmeros conflitos com *pobladores*. Muitos se davam em função da questão organizacional nos acampamentos e *poblaciones* (que mesmo havendo bairros já constituídos por moradias populares, enfrentavam o problema da falta de recursos, como água, saneamento e energia), das diferenças entre os métodos autônomos seguidos pelos moradores ou em parceria com a esquerda e a inabilidade e intransigência de um governo que – em função das concepções da “Teoria da Marginalidade” que guiavam as ações da DC em relação aos *pobladores* – os via como uma massa desorganizada.¹⁹ E, especialmente, quando os *pobladores* recorriam às suas práticas diretas de luta contra a morosidade das instituições, e contra ações vistas como meramente assistencialistas pela população.²⁰

Os programas habitacionais da DC, como a *Operación Sitio*, apareceram como a grande possibilidade de solução para o problema das famílias sem casa no Chile. No entanto, em dois anos de aplicação, o projeto atingiu pouco mais de 10% das famílias inscritas, escancarando a defasagem entre as ofertas iniciais do governo e as expectativas sociais. Esse projeto passou a ser denominado pelos

pobladores, ironicamente, como *Operación Tiza*, em referência aos terrenos que eram entregues sem a mínima infraestrutura, e consistiam somente em lotes demarcados com giz. Ampliavam-se assim as queixas dos *pobladores* contra os trâmites burocráticos na Corvi, e a lentidão do Estado na solução do problema da moradia popular.²¹

A dinâmica social no final da década de 1960 tomaria seus próprios rumos, os de ampla mobilização dos trabalhadores para obter terrenos e moradias na cidade, alterando não só os planos de habitação do governo, mas também suas previsões acerca da “integração dos pobres da cidade”. No contexto da crescente mobilização dos sem-casa no biênio 1969-1970, reacendia a lógica popular de ação direta, e pouco importava estar organizado conforme a lei, em *Juntas de Vecinos*. Mais eficientes seriam os “comitês” e “comandos” de *pobladores* sem casa.

Para se ter uma ideia da intensidade adquirida pela mobilização dos *pobladores*, em 1967 foram registradas 13 ocupações de terrenos urbanos em Santiago, enquanto no ano de 1970 houve 103 registros na cidade.²² Uma expressão disso foi a “Toma Violeta Parra” que mobilizou, em 1968, cerca de 5 mil pessoas. A resposta da política de integração cristã até o final do governo nesse contexto de grande pressão popular foi a forte repressão, que culminou, por exemplo, no massacre em Puerto Montt, em 1969, que deixou 8 mortos e inúmeros feridos. A reação da esquerda e dos movimentos sociais contra o governo foi imediata.²³

Os *pobladores* participaram, na sua maioria, dos canais institucionais ampliados pelo Programa de Promoção Popular, sem, contudo, abdicar das suas próprias formas de ação. E nos anos finais do governo (1968-1970), os setores populares vivenciaram um processo de elevação nas suas mobilizações que ultrapassaram essa institucionalidade, numa demonstração de confronto com a lógica da propriedade, impondo a ação direta como portadora da legitimidade da necessidade e do direito à habitação (Salazar, 2006). Assim, respondiam aos variados estímulos recebidos do Estado e dos partidos políticos, somando-os às suas próprias aprendizagens, desenvolvendo múltiplas experiências de organização e politização, a partir das bases.

O desencontro entre a política governamental de integração social e as reais demandas e expectativas populares teve o seu marco no ano de 1967, no qual se assistiu à *toma* Herminda de la Victoria, considerada um passo importante da retomada das ocupações de terrenos e dos novos meios de organização local, após a grande mobilização dos anos 1950. A ocupação de La Herminda não foi a única *toma* importante, mas revelou uma capacidade organizativa e

de mobilização que demonstrava o fortalecimento do movimento de *pobladores*.

Para Vicente Espinoza, a *toma* La Herminda marcou o ponto de quebra da hegemonia que vinha sendo exercido pela DC entre os *pobladores* (Espinoza, 1988, p.282). O incremento do recurso à *toma* no último triênio do governo Frei demonstraria isso. A organização promovida pelo Estado representava agora uma demanda tão grande que já não podia ser absorvida, e foi aí que a esquerda encontrou mais espaço. A heterogeneidade das formas de ação com predomínio na colaboração no início, deu passagem à heterogeneidade com ênfase no conflito, cenário que marcou o começo da década de 1970 (Cofré S., 2007, p.36).

Com a dinâmica adquirida pelas lutas populares em torno da reivindicação habitacional, a questão da ocupação urbana passou a ser um dos principais eixos da luta social no Chile no período que antecedeu as eleições presidenciais de 1970. O que se viu foi uma reorientação na condução das principais organizações partidárias que fizeram desse tema uma questão central nos seus programas e práticas políticas.

Para os *pobladores*, abriam-se vias de ocupação e de conquista dos seus espaços. A iniciativa então foi passando das mãos do Estado às mãos dos próprios *pobladores* e da esquerda política, que pressionaram ou impuseram ao Estado sua própria política de habitação: a ocupação extensiva da cidade através das “*tomas* de terrenos”. Mas a intensificação do conflito urbano não se dava no vazio, e sim em um contexto de crescente politização que, como afirma Garcés, democratizava conflitivamente a sociedade na medida em que se havia posto em discussão o *status quo* e, também, os modos de construir a sociedade do futuro.

Naquela conjuntura, desenvolveu-se uma forte tendência mobilizadora dos trabalhadores que passaram não só a ocupar o espaço urbano, dando um novo ordenamento a ele, a partir da sua iniciativa e organização e da pressão que passaram a exercer sobre os atores políticos institucionais, como também passaram a mostrar uma importante transformação nas suas atitudes e nas suas relações. Essa mudança se expressaria tanto nas iniciativas encaminhadas a gerar mudanças sociais, políticas e econômicas, como no plano da identidade ou das suas formas de organização. Essa transformação deve ser entendida então como pressão social organizada frente ao Estado e como mudança nas formas de vida desse setor (Garcés, 2002, p.337).

Esse processo, que Mario Garcés e Julio Pinto interpretam apropriadamente como uma etapa de politização (Garcés, 2002; Pinto; Valdivia, 2001), já

esboçava muitos dos elementos que orientariam as ações dos trabalhadores durante o governo da Unidade Popular. Essa politização se fundava numa visão classista da sociedade, exacerbou a luta de classes como condição para o estabelecimento de novos projetos e se articulou em torno da esquerda no período de 1970 a 1973, numa relação de influência mútua.

De alguma forma, participavam dessas dinâmicas organizativas os partidos de esquerda, particularmente o PC e o Partido Socialista, desde, pelo menos, os anos 1940. O que se viu ao final da década de 1960 foi a forte vinculação do *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) com as organizações de *pobladores*. O MIR surgiu no movimento estudantil de Concepción e iniciou o seu trabalho junto aos setores populares, em 1969. Adotavam métodos de ação que convergiam mais à pressão e ao enfrentamento do que à negociação com as autoridades.

As experiências de politização que eles propiciaram junto aos movimentos dos trabalhadores estimularam a germinação de um poder alternativo e popular. Ainda que a influência do MIR não tenha sido hegemônica entre os acampamentos, o movimento exerceu forte influência sobre esses setores. A forma de organização adotada pelo MIR em conjunto com as bases, suas ações diretas e, possivelmente, a forma de dirigir as atividades entre os trabalhadores, abrindo uma clara perspectiva de conquista a partir das suas próprias ações, foram elementos que contribuíram para atrair um grande contingente para as suas fileiras. A formação e o desenvolvimento dos acampamentos consistiram na principal expressão da nova fase atingida pela luta popular urbana entre os trabalhadores chilenos. O acampamento era resultante de uma ocupação massiva e concertada de extensos terrenos, sobre uma base organizada antecipadamente pelo acordo de vários comitês de sem-casa.

Os *Campamentos*, como passaram a ser denominadas essas novas unidades residenciais, chegaram a reunir um total de 300 mil pessoas, até 1971. Formados em conflito aberto e permanente com a legalidade e estritamente organizados por militantes políticos, marcaram um salto qualitativo no movimento de *pobladores*. Isso se deu na medida em que permitiu o desenvolvimento de formas coletivas de direção, organização das ações políticas e, principalmente, do trabalho comunitário, que influenciaram decisivamente outros assentamentos. A partir desse novo fenômeno urbano, os *pobladores* experimentaram importantes avanços na sua forma de vida, de organização, nas suas relações, identidades e ao mesmo tempo na sua relação com o Estado.

O acampamento Nueva La Habana, que figura como o maior exemplo de organização sob influência mirista, estabeleceu a partir da sua Frente de Cultura a educação para crianças e adultos no acampamento, por meio da aplicação do método Paulo Freire. O grau de organização interna era evidente na estruturação básica do local, que contava com a instalação de luz elétrica, através de ligações clandestinas, com uma policlínica e com um centro cultural; na distribuição de cerca de mil refeições coletivas diárias, as chamadas *ollas comunes*, que eram feitas com a colaboração das feiras livres da área.²⁴ No âmbito da educação, a experiência de autogestão na escola também foi instrumento de pressão para atrair a atenção do Estado para o problema educacional. Destacam-se experiências de acampamentos onde a alfabetização foi empregada como instrumento de educação política.

Seguramente, a grande inovação desses acampamentos incidia na organização das Milícias Populares, que surgiram da prática das guardas de vigilância que se formavam habitualmente nas *tomas* para proteger os terrenos. Elas tiveram o seu desenvolvimento discursivo e material nos acampamentos, na aplicação de normas e sanções aos *pobladores* que infringissem as regras comunitárias.

Tais mudanças tiveram um caráter revolucionário, já que passaram a se vincular com projetos de transformação estrutural da sociedade e tenderam a favorecer o fortalecimento de uma identidade coletiva dos *pobladores*. Houve um estímulo às relações de solidariedade entre eles, na medida em que se motivava o desenvolvimento de uma organização comunitária permanente que buscasse resolver coletivamente os seus problemas imediatos (Cofré S., 2007, p.13).

Os depoimentos dos trabalhadores que vivenciaram a formação e a vivência nesses acampamentos retratam o significado dessa experiência:

Eu participava porque tomei como um compromisso. Foi tão linda a experiência da Nueva La Habana, não sei... havíamos sofrido tanto antes de chegar aqui; aprendemos tanta coisa e o mais lindo é que a organização do acampamento fazia com que todos os *pobladores* fôssemos como uma só família ... todos estávamos por uma mesma coisa ... Todos defendíamos a *población* como se fosse tudo de um.²⁵

No depoimento de Laura, que havia participado de comitês de sem-casa antes de se tornar moradora do acampamento Nueva La Habana, é possível compreender as mudanças que se davam na identidade e na forma de conceber

a luta cotidiana, concepção na qual o problema da habitação passava a ser visto como parte de um sistema desigual, e a luta era entendida de forma coletiva. Nos discursos dos moradores, o *nós* é um elemento significativo dessa identificação, fruto de um forte senso de identidade comunitária.

A década de 1960 foi marcada pela disputa dessas diferentes propostas políticas, em meio ao predomínio do projeto democrata-cristão, que visava um maior esforço para constituir os *pobladores*, a partir do Estado, em um sujeito social reconhecido, teoricamente sustentado e juridicamente estabelecido. Ao mesmo tempo, os anos 1960 selaram a aprendizagem dos *pobladores* no que se refere à organização das suas demandas frente ao Estado, e legitimação social da luta pelo seu direito à moradia.

As ações do Estado e da Igreja contribuíram significativamente para ampliar e fortalecer as dinâmicas organizativas *poblacionales*. No entanto, historicamente, além desse esforço institucional para organizar os *pobladores*, estes vinham ensaiando suas próprias práticas organizativas desde muito antes que a lei sancionasse sua existência jurídica, e as práticas organizativas geradas ou ampliadas nos acampamentos demonstraram o fortalecimento do movimento pela experiência vivida.

AS LUTAS POPULARES E O SEU SIGNIFICADO

A análise das nuances dessas ações coletivas, da sua consolidação e da organização resultante dessas experiências permite entender que o movimento de *pobladores* conseguiu explicitar para a sociedade chilena e, principalmente, para os partidos políticos que aquele não era um movimento secundário dentro do quadro de lutas de resistência aos impactos de um sistema que se desenhava cada vez mais excludente.

As *poblaciones* não se caracterizam por ser a residência dos setores com relação incerta com o processo produtivo, mas, ao contrário, por ter uma proporção de operários muito mais alta que a média da Grande Santiago. Segundo Castells (1974, p.255), sua composição social era fundamentalmente operária, ou mesmo operária industrial, mas com um baixo nível de renda.²⁶ E esse é um fator importante a ser destacado, uma vez que ele determinou diferentes interpretações pelos grupos políticos do país, os quais entendiam que a população das *poblaciones* era constituída por um lumpemproletariado. Tal concepção ocasionou por muito tempo a exclusão desses setores dos seus projetos políticos, reproduzindo o equívoco de uma fragmentação mais teórica do que

prática da classe trabalhadora, a partir das especificidades da sua inserção no processo produtivo.

Grande parte dos operários têxteis das fábricas “Yarur” e “Sumar”, que exerceriam papel fundamental nos cordões industriais durante o governo da Unidade Popular, viviam na Zanjón de la Aguada, setor formado por *callampas*. Além dos trabalhadores industriais, quase a totalidade dos operários da construção civil da cidade vivia em *poblaciones callampas* (Garcés, 2002, p.103). Mas a composição dessa classe trabalhadora era heterogênea, uma vez que grande parte se inseria em atividades que iam além do setor industrial, com mulheres que se ocupavam lavando e passando, trabalhando como empregada doméstica ou cozinheira. Os jovens, maiores de 12 anos, ainda que atuassem como aprendizes em fábricas – têxteis, de calçado ou da construção – também trabalhavam como vendedores ambulantes.

Essa questão carrega uma diferença essencial entre a vinculação dos partidos da esquerda tradicional, o Comunista e o Socialista, e a vinculação estabelecida pelo MIR com os *pobladores*. Ela estaria na concepção que esses dois movimentos diferentes tinham a respeito do movimento e, por consequência, no modelo de prática política adotada. Poderíamos dizer que, mesmo tendo atuado em ocupações de terrenos e apoiado a formação de acampamentos, os partidos comunista e socialista atuaram limitadamente em prol da conquista da habitação para uma “população pobre”, buscando a pressão e a negociação com o governo, especialmente o democrata-cristão.

Ao distinguir um discurso revolucionário totalizante acerca da classe operária aplicado nos sindicatos e fábricas, e um tipo de ação social mediadora no campo *poblacional*, essa visão de certa forma corroborava a leitura democrata-cristã, que concebia os *pobladores* como um setor “marginal”. Essas ações, do ponto de vista da difusão de uma concepção da luta por direitos, são inquestionáveis. No entanto, limitadoras quanto à inserção desse conflito no marco geral da luta anticapitalista empreendida por esses partidos.

Por outro lado, a atuação mirista depositou de inovador na sua relação com os *pobladores* uma compreensão em torno do movimento dos sem-casa que os concebia como um sujeito político coletivo que estaria na base da formação de uma nova sociedade. Via nesse movimento uma luta pela superação das condições precárias de vida a que estava submetida a classe trabalhadora, e a célula de um movimento político mais amplo dessa classe. Estabelecia relações diretas entre discurso e prática de um movimento pela habitação, que era colocada como uma questão estrutural, e de construção de novas relações sociais, mais igualitárias.²⁷

Evidentemente, a contribuição da Democracia Cristã esteve em reconhecer e legitimar o movimento de *pobladores* e em propor ações políticas de integração e garantia de direitos. Ao mesmo tempo, ela exerceu um importante papel no aumento da autoconfiança sobre a capacidade de organização dos trabalhadores ao expandir entre eles a dinâmica e a constituição de espaços de sociabilidade e, principalmente, a prática do diálogo com o poder público para a conquista de seus direitos, ainda que sob um modelo controlado de “cima”. Entretanto, diante da incapacidade gestora do governo com relação a um problema que ele mesmo havia apresentado como prioritário, assistiu-se ao aumento da pressão popular sobre a demanda de serviços coletivos em torno da qual haviam sido organizados.

O que se depreende dessas questões é que os trabalhadores urbanos que vivem nos mesmos bairros, associando-se uns com os outros no trabalho e em casa, ou em suas horas de lazer, estão mais propensos a desenvolver uma perspectiva comum e reconhecer a comunidade de interesses que compartilham uns com os outros, em oposição aos interesses da outra classe. Trabalhadores que com as suas experiências são formados sob o impacto de sua situação comum, por sua vez, reforçam o sentimento de pertença a uma classe, com os seus próprios interesses distintos de outros.

É nesse caso, aliás, que o contraste entre a sua condição de classe e as vidas das pessoas de outras classes é mais revelado. Como afirmam Zeitlin e Petras (1970, p.16-29), a cidade é o símbolo e a realidade da civilização industrial moderna. Concentram-se pessoas que se juntaram por nada mais do que trabalho e a necessidade de ganhar a vida na indústria ou no serviço. As condições de superlotação, a ausência de privacidade, os contrastes visíveis a centenas de milhares de pessoas, entre riqueza e pobreza, entre criminalidade, por um lado, e proteção conferida pela autoridade para os ricos e privilegiados, por outro, são em si mesmas lições da luta de classes.²⁸

O entendimento da relação entre ser social e consciência social permite apreendermos a maneira pela qual, ao se confrontarem com as necessidades da sua existência, homens e mulheres formulam seus valores e criam sua cultura, intrínseca ao seu modo de vida (Thompson, 2001, p.261). Buscando estratégias para lidar com as incertezas da vida diária, os trabalhadores buscam diversas táticas para cuidar dos problemas que os afligem, que passam pela luta contra seus empregadores, pela demanda de amparo estatal e pelo fortalecimento da tessitura de apoio nas vizinhanças. E o olhar sobre esse movimento de *pobladores* permitiu ver aspectos da vida cotidiana como um dos eixos da classe social em luta para conquistar seus espaços.

O importante a destacar é que esse foi um processo de influência mútua entre movimento político e social. Da mesma forma que foi central a importância da politização dos trabalhadores envolvidos no movimento *poblacional*, a reorientação dos projetos partidários e a possibilidade de inserção de uma nova diretriz política entre esses sujeitos, como ocorreu com a proposta do MIR, tiveram como resultado uma etapa de potencialização das mobilizações sociais de caráter coletivo e classista e, principalmente, de aprendizagem política para todos os atores envolvidos.

A experiência vivida ao longo da trajetória de organização dos *pobladores*, especialmente a partir da vinculação com os partidos de esquerda, possibilitou que os trabalhadores desenvolvessem e fossem diferenciando a forma de conceber a sua posição no sistema e o significado da sua luta. Ao mesmo tempo, os partidos se inseriram na lógica organizativa e de mobilização resultante de quase duas décadas. O convívio, portanto, foi estabelecendo uma aprendizagem mútua, que acarretou a legitimidade das ações da militância e dos dirigentes entre os *pobladores*, os quais de forma recorrente afirmam terem aprendido muito com os membros partidários. A transformação do discurso partidário também foi notável.

Sob este último aspecto, é importante observar que o recurso às ações legais e ilegais tornava-se prática também da esquerda, como podemos notar na participação de Francisco Pizarro, do Partido Socialista, e Secretário Nacional do Departamento de Habitação, que afirmou, em 1968: “Nós orientamos este movimento, respondendo a uma solicitação dos próprios *pobladores*, e de acordo com o que foi aprovado no Congresso de Chillán do PS, no sentido de não respeitar as normas tradicionais da Constituição burguesa, e confiando no poder criador da classe trabalhadora” (Pizarro, 1968, p.26, tradução minha).

A importância do processo de ocupação dos terrenos urbanos se encontra precisamente na sua relação com a questão do poder e do enfrentamento ao sistema político e econômico, ou seja, com os limites das ações do Estado e com a propriedade privada. O mais significativo é o papel diretamente político dessas ações e, reciprocamente, a delimitação de seu conteúdo pela conjuntura especial na qual elas se desenvolveram. Ao longo de décadas, os trabalhadores adotaram a estratégia de insistir na participação institucional e de negociação com os representantes como o mecanismo mais adequado para melhorar suas condições de vida.

Permanentemente, exigiram leis, mecanismos e organizações destinadas à garantia de direitos, repertório que variava de acordo com o contexto. O que se nota é que essas ações transcenderam os anseios individuais e se colocaram

em pauta temas coletivos, pressionando o Estado para a realização de políticas públicas que resultassem em maior democratização daquela sociedade.

Demonstrou-se durante esse processo a força da ação coletiva dentro da sua própria lógica de organização para a conquista de direitos e também para a manutenção das suas formas de organização local, estabelecendo-se uma relação com o poder público que se pautou pela negociação e pelo conflito, tendo este último prevalecido nos últimos anos do governo de Eduardo Frei e numa conjuntura política favorável diante da possibilidade de vitória da proposta socialista da Unidade Popular. Além disso, a politização entrava em ação, dando aos trabalhadores uma predisposição para assumir a defesa das liberdades populares, desafiando as autoridades em movimentos de protesto social que estabeleceram novas bases da relação entre o movimento popular e as instituições.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. *La lucha de clases en Chile*. Argentina: Siglo XXI, 1974.
- COFRÉ S., Bóris. *Historia de los pobladores del campamento Nueva La Habana durante la Unidad Popular (1970-1973)*. Tesis (Licenciado en Historia y Ciencias Sociales). Santiago, 2007.
- COLLAO, Luis. Informe de la Comisión Política al XXIV Pleno del Comité Central del Partido Comunista de Chile. *Principios*, n.42, Mayo 1957.
- CORTÉS, Alexis. El movimiento de pobladores chilenos y la población La Victoria: ejemplaridad, movimientos sociales y el derecho a la ciudad. *EURE*, v.40, n.119, p.239-260, enero 2014.
- ESPINOZA, Vicente. *Para una historia de los pobres de la ciudad*. Santiago: Ed. Sur, 1988.
- GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio: el movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM Ed., 2002. (Colección Movimientos Sociales).
- GIUSTI, Jorge. Rasgos organizativos en el poblador marginal urbano latinoamericano. *Revista Mexicana de Sociología*, v.30, n.1, jan.-mar. 1968.
- LA ORGANIZACIÓN fue como nacer de nuevo. Santiago: Taller de Acción Cultural, 1986.
- MILOS, Pedro. *Historia y memória: 2 de abril de 1957*. Santiago: LOM, 2007.
- PASTRANA, Ernesto; THRELFAL, Monica. *Pan, techo y poder: el movimiento de pobladores en Chile (1970-1973)*. Santiago: Ed. Siap-Planteos, 1974.
- PINTO, Julio; VALDIVIA, Veronica. *Revolución Proletaria o querida chusma?* Santiago: LOM, 2001.

- PIZARRO, Francisco. Un ejemplo de combate popular. *Punto Final*, Santiago, Año II, Martes, 25 febrero, n.75, 1968.
- PUMARINO, Gabriel. Politique du logement et développement urbain au Chili. *Espaces et sociétés*, n.3, juillet 1971.
- SALAZAR, Gabriel. *La violencia política popular en las "Grandes Alamedas": la violencia en Chile 1947-1987*. Santiago: LOM, 2006.
- SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. *Les passions politiques au Chili durant l'Unité Populaire (1970-1973): essai d'analyse socio-historique*. Montreal: L'Harmattan, 1997.
- THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.
- URRUTIA, Cecilia. *Historia de las Poblaciones Callampas*. Santiago: Quimantu, 1972. (Colección Nosotros los chilenos, 11).
- VANDERSCHUEREN, Franz. *Pobladores y conciencia social*. Documento de Trabajo. CIDU, abr. 1971.
- WILSON, Sergio. *La otra ciudad: de la marginalidad a la participación social*. Santiago: Icecoop, 1988.
- ZEITLIN, M; PETRAS, J. The Working-Class Vote in Chile: Christian Democracy versus Marxism. *The British Journal of Sociology*, v.21, n.1, p.16-29, Mar. 1970.

NOTAS

¹ O movimento de *pobladores* congrega trabalhadores em luta pela moradia ou por melhorias nas *poblaciones*, que são os bairros periféricos da cidade de Santiago.

² Assim como em outras temáticas políticas e sociais, até o momento a historiografia tem destacado o período do regime ditatorial, inclusive o protagonismo dos *pobladores* pela redemocratização vem sendo analisado por diversos autores, como Alison J. Bruey e Elizabeth Hutchinson. A abordagem da história social do período da Unidade Popular e anterior a ele, incluindo a temática dos *pobladores*, mereceu destaque em análises da sociologia ao longo das últimas décadas, e vem sendo realizada em trabalhos mais recentes na historiografia, de Peter Winn, Gabriel Salazar, Julio Pinto e Mario Garcés, citados no presente texto.

³ Existem diferentes versões para a denominação *callampas* (cogumelos) ser aplicada a essas *poblaciones* nascentes. Uma delas se relaciona ao fato de se localizarem, geralmente, em terrenos muito úmidos. Outra explicação tem relação com a operação mesma de instalação e forma de crescimento, uma a uma, por agregação, rapidamente e em abundância. Cf. ESPINOZA, 1988, p.246.

⁴ Podemos caracterizar as *fonolas* como placas de papelão prensado com aplicação de um tipo de piche utilizado para cobrir os barracos.

⁵ Depoimento de Guillermina Farías. In: GARCÉS, 2002, p.122. Tradução minha.

⁶ A tensão social era permanente, em particular ligada à esfera do trabalho, derivada de baixas salariais, das condições de trabalho, do descumprimento das leis trabalhistas ou do desemprego que ameaçava diferentes setores da produção. O aumento do desemprego atingiu diversos ramos da produção, como o caso do salitre, no qual 15 mil pessoas foram afetadas em Antofagasta e Tarapacá e passaram a migrar para a região Sul. A zona carbonífera de Lota e Coronel, que envolvia cerca de 20 mil operários, passou também por uma séria crise. Além disso, o governo decretou a proibição do comércio ambulante que garantia renda para muitos desempregados na cidade. Cf. MILOS, 2007, p.59. Além disso, foi significativa a paralisação na construção civil. Sua depressão tinha implicações sociais na população das grandes cidades tanto pela perda de trabalho, como pelo impacto que a baixa na construção gerava no já agudo problema da falta de moradias. Cf. GARCÉS, 2002, p.118.

⁷ Latrinas são buracos cavados no chão, como fossas, que têm construídas no seu entorno paredes de madeira na altura de um adulto. O filme *Machuca* retrata esse ambiente na cena em que o garoto do bairro nobre visita o menino Machuca no acampamento onde ele vivia e, ao pedir para usar o banheiro, tem náusea quando depara com uma latrina.

⁸ Entre 1947 e setembro de 1957, foi registrado um total de nove incêndios que atingiram cerca de seiscentas casas. ESPINOZA, 1988, p.249.

⁹ Entrevista n.29, Ida. In: SEGUEL-BOCCARA, 1997, p.88. Tradução minha.

¹⁰ Entre esses atos de colaboração destaca-se a lista de pobladores que necessitavam de materiais de construção, uma coleta de dinheiro entre os moradores para ajudar às famílias no caso de falecimento ou doença grave de algum dos seus membros. *Livro de Atas*, Población Nueva Colo Colo. Santiago, 1954-1956. Archivo del siglo XX, Fondo de Historias Locales.

¹¹ Como ilustração, pode-se destacar a ocorrida na mesma *población* referente ao uso dos recursos que haviam sido arrecadados entre os moradores. A polêmica teria ocorrido em razão do destino a ser dado a uma soma em dinheiro coletada entre eles, e que estava guardada na intendência de Santiago.

¹² Depoimento de Luiz González à autora. Santiago do Chile, 18 jul. 2010. Tradução minha.

¹³ “Violento desalojo de pobladores en Barrancas”. *Las Noticias de Ultima Hora*, Santiago, 9 febrero 1969, p.16. “La ocupación de terrenos de primero de mayo. 1200 familias resuelven su problema habitacional en Renca”. *Las Noticias de Ultima Hora*, 2 mayo 1969, p.3. “Nacio la población Pablo Neruda. Años de tramitaciones lós enpujaron a ocupar terrenos”. *El Siglo*, Santiago, 27 octubre 1969, p.6.

¹⁴ Frente de Ação Popular (FRAP). Coalizão dos partidos de esquerda formalizada na década de 1950.

¹⁵ Inocente Santo me relatou que, além de ajudar na formação de outras *poblaciones*, ele atuou na tomada de La Victoria, onde passou a viver posteriormente.

¹⁶ Depoimento de Eliana Parra. Cf. MURPHY, 2004, p.31. A oposição à participação dos clérigos se dava porque, segundo depoimentos, diferentemente dos líderes religiosos ligados à Teologia da Libertação, que participavam da organização e intervinham favoravelmente aos *pobladores*, outros eram associados à Democracia Cristã e a ações do Caritas, instituição de caridade administrada pela Igreja, e visavam alcançar uma negociação menos onerosa para o governo, o que acabava por retardar o processo. “Caritas. Monopolio de la miséria”. *Punto Final*. Año I, n.13, octubre 1966, p.16. Tradução minha.

¹⁷ Depoimento de Eugenio Cabrera à autora. Santiago, 21 set. 2011.

¹⁸ Um exemplo bastante significativo deste último aspecto é o da comuna de La Granja, onde quatrocentas famílias de ‘sem casa’ das 5 mil existentes no local ocuparam terrenos adjacentes a uma estrada, chamada Santa Rosa. Essas famílias, que pertenciam à *población callampa* ‘2 de julio’, participaram da ocupação organizada por um comitê de *pobladores* apoiados pelos representantes da comuna e parlamentares da FRAP. O prefeito da comuna de La Granja era comunista, e a maioria dos vereadores era de membros da frente de esquerda.

¹⁹ A concepção que deu sustentação ao projeto da Democracia Cristã foi a “Teoria da Marginalidade”, que visualizava uma desarticulação intrínseca aos pobres da cidade, basicamente os *pobladores*, e os trabalhadores do campo. No Chile, essa teoria ganhou força através do DESAL (Centro de Estudos do Desenvolvimento da América Latina), estreitamente ligado à política norte-americana da Aliança para o Progresso.

²⁰ Sobre essa divergência vale citar a autoconstrução de uma escola em La Victoria, que também teve a função simbólica de mostrar o esforço coletivo dos moradores, como resposta à ideia generalizada de que aquela constituía uma população marginal e desorganizada. Para importante reflexão sobre a *población* La Victoria: CORTÉS, 2014, p.239-260.

²¹ “Se inició traslado de callampas a sitios sin urbanización alguna”. *El Siglo*, Santiago, 27 diciembre 1968, p.4. “Denuncian condiciones de vida de nível sub-humano”. *Las Noticias de Ultima Hora*, Santiago, 10 marzo 1969, p.5. “800 familias dejadas a su suerte en ‘operación sitio’”. *Las Noticias de Ultima Hora*, Santiago, 11 noviembre 1969, p.15. “2200 familias entregadas a su suerte en Conchalí: empezaron enfermedades”. *Las Noticias de Ultima Hora*, Santiago, 16 noviembre 1969, p.4.

²² O número de ocupações em propriedades urbanas, que foi de 26 em todo o país, em 1969, atingiu a marca de 352 no ano seguinte. Cf. PASTRANA; THREFALL, 1974.

²³ “Sangriento desalojo policial en Puerto Montt: seis muertos”. *Las Noticias de Ultima Hora*, Santiago, 9 marzo 1969, p.1. “La matanza de Puerto Montt”. *Punto Final*. Suplemento de la edición n.77, Santiago, 25 marzo 1969.

²⁴ “Acción directa de los sin casa”. *Punto Final*, Año IV, n.98, 17 febrero 1970, p.31.

²⁵ Depoimento de Laura. In: *La organización...*, 1986. Tradução minha.

²⁶ Nos acampamentos, os operários industriais representavam 41% dos moradores, enquanto nas demais *poblaciones* eles atingiam a marca de 30%. Ao mesmo tempo, esses assentamentos mostravam porcentagens mais altas de trabalhadores da construção e dos

serviços de baixa qualificação em relação às *poblaciones*; e a porcentagem de desempregados também era mais alta. Quase a metade das mulheres que exerciam atividade remunerada era empregada doméstica. Já o grau de sindicalização era equivalente em todos os setores *poblacionales*, em torno de 30%. Cf. PASTRANA; THREFALL, 1974, p.49.

²⁷ Essa análise e a crítica feita pelas lideranças do MIR já aparecem publicadas nos primeiros números da revista *Punto Final*. Capítulo IX. *Punto Final*, n.5, noviembre 1965.

²⁸ Segundo dados da revista *Empresa*, cada família abastada da comuna de Las Condes (uma das mais ricas da cidade), integrante do denominado Bairro Alto, consumia 23 vezes mais do que uma família típica de La Granja. Enquanto em 82% das casas do Bairro Alto havia refrigerador, em 84% televisor e em 65% máquina lavadora, em La Granja, nem uma em mil das casas dispunha de algum desses artefatos. Além disso, 82% dos moradores de La Granja não recebiam sequer a dieta alimentícia mínima indicada pelo Serviço Nacional de Saúde, levando 136 de cada mil crianças que nasciam na comuna a morrerem antes de completar 1 ano de vida. GIUSTI, 1968, p.60-61.